



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED
PEDAGOGIA

VALÉRIA DOS SANTOS SILVA

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM
AUTISMO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Salvador

2011

VALÉRIA DOS SANTOS SILVA

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM
AUTISMO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada ao Colegiado do curso de graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para conclusão de curso.

Orientadora: Profa. Dra. Nelma de Cássia Silva Sandes Galvão.

Salvador

2011

VALÉRIA DOS SANTOS SILVA

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM
AUTISMO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada ao Colegiado do curso de graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para conclusão de curso.

Banca Examinadora

Nelma de Cássia Silva Sandes Galvão (Orientadora) _____
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Félix Marcial Díaz Rodriguez-----
Doutor em Ciências Pedagógicas pelo Instituto central de Ciências Pedagógicas
Del Mined, Cuba.
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Élida Cristina Santos da Silva _____
Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Salvador
2011

Dedico este trabalho aos meus pais que sempre se esforçaram para me oferecer a melhor educação, Ao meu marido que sempre me incentivou, apoiou e me compreendeu nos dias de grande ansiedade e por todo o esforço que fez para que eu realizasse este trabalho da melhor maneira e enfim ao meu filho que foi minha grande fonte de força para a concretização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado força e saúde para realizar este trabalho de forma plena.

Aos meus pais por toda a dedicação e sacrifícios que fizeram durante todos esses anos para me criar e me proporcionar o que de melhor eles podiam me oferecer.

Ao meu grande companheiro e cúmplice, primeiramente por ter me incentivado a prestar o vestibular e depois de aprovada, por ter me apoiado em todos os momentos e feito de tudo para me ajudar durante todo o período da faculdade e por ter tido paciência para me escutar em todos os momentos de inquietações e dúvidas durante a realização deste trabalho.

Ao meu filho maravilhoso, que só melhorou ainda mais a minha vida e que me faz querer ser uma pessoa melhor a cada dia.

A Professora Orientadora Dra. Nelma Galvão pelos ensinamentos, pela simpatia e pela dedicação que dispôs ao meu trabalho, sempre disponível para esclarecer dúvidas, isso tudo foi de extrema importância para a conclusão do trabalho.

Aos professores da Universidade Federal da Bahia que se dispuseram e dividir os seus conhecimentos e principalmente aos que com sua maneira simples e cativante de transmitir seus saberes foram capazes de me fazer refletir sobre as várias formas de educar e aprender.

A todos os colegas que conheci durante esse período e principalmente as amigas que conquistei e que tanto contribuíram nas atividades acadêmicas.

A todos os funcionários da escola que visitei para realizar a observação, em especial a professora da turma, a vice-diretora e ao diretor pelo apoio e receptividade.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação e que não foram citados. Fico muito feliz por finalmente estar concretizando esta grande realização na minha vida e podendo assim sonhar novos sonhos, que como este se tornou realidade. Meus sinceros agradecimentos a todos

RESUMO

A inclusão de alunos autistas na escola regular atualmente é uma realidade conquistada a poucos anos. E para isto acontecer foi necessária a implantação de muitas leis para se concretizar este processo de inclusão, que é tão importante para a sociedade brasileira, que passa a respeitar as diferenças e a acreditar que todos são capazes de participar do processo de ensino e aprendizagem. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a inclusão de alunos com Autismo nas escolas regulares nas séries iniciais do ensino fundamental. O trabalho tem como intenção pesquisar a inclusão de alunos com autismo e as condições estruturais da escola e do seu corpo docente para a inserção destes alunos na escola regular. Traz no seu corpo teórico-prático, aspectos relacionados à história da educação, fundamentos do Ensino Fundamental, histórico da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola de ensino regular, a caracterização dos sintomas autísticos e o processo de inclusão dos alunos autistas nas classes comuns, utilizando com referência as políticas públicas, o currículo, a capacitação dos professores e tudo que diz respeito às dificuldades enfrentadas e os avanços obtidos pela escola, pelos alunos e pelas famílias destes alunos.

Palavras-chave: Inclusão, Autismo, currículo, políticas públicas, ensino regular.

Salvador

2011

ABSTRACT

The inclusion of autistic students in regular schools is a reality today won a few years. And for this to happen was a need to implement many laws to achieve this inclusion process, which is so important to society, that will respect the differences and believe that everyone is able to participate in the process of teaching and learning. This work aims to reflect on the inclusion of students with autism in mainstream schools in the early grades of elementary school. The work is intended to investigate the inclusion of students with autism and the structural conditions of the school and its faculty for the inclusion of these students in regular schools. Bring in your body theoretical and practical aspects related to the history of education, fundamentals of elementary school, the historic inclusion of pupils with special educational needs in mainstream schools, the characterization of autistic symptoms and the process of inclusion of autistic students in regular classes using a reference to public policies, curriculum, teacher training and all that pertains to the difficulties faced and the progress made by the school, students and families of these students.

Keywords: Inclusion, Autism, curriculum, public policy, regular education.

Salvador

2011

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. LIMITES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	14
1.1. ENSINO FUNDAMENTAL: ORIGEM E CONCEITO.....	15
1.2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO BRASIL.....	16
2. AUTISMO: CONTEXTUALIZAÇÃO	25
2.1. CARACTERÍSTICAS DO DIAGNÓSTICO.....	27
2.2. POSSÍVEIS CAUSAS DO AUTISMO.....	29
2.3. TRATAMENTO.....	30
2.4. FAMÍLIA E AUTISMO.....	30
2.5. EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	31
2.6. A INCLUSÃO ESCOLAR DO AUTISTA.....	33
2.7. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL DO AUTISTA.....	34
3. PESQUISA DE CAMPO	38
3.1. CARACTERIZAÇÃO DO CASO: ESCOLA, PROFESSORA, TURMA E FAMÍLIA.....	38
3.2. O SUJEITO DA PESQUISA.....	40
3.3. O COMPORTAMENTO DE JOÃO NA ESCOLA.....	41
3.4. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DE JOÃO.....	44
3.5. RELAÇÃO PROFESSORA E INCLUSÃO.....	45
3.6. CENTRO ESPECIALIZADO E INCLUSÃO.....	47
4. CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICES	56

INTRODUÇÃO

Durante muitos anos a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares do Brasil foi negligenciada pelo Estado. Os alunos que possuíam algum tipo de deficiência seja ela física, sensorial ou mental ou que sofriam de algum transtorno de comportamento, eram educados em escolas especiais, específicas para cada deficiência ou em classes especiais. Após anos de luta dos pais de alunos com necessidades educacionais especiais e de alguns profissionais da área educacional, conquistou-se o direito da inclusão destes alunos em escolas regulares e isso aconteceu a partir da Constituição de 1988 que traz no seu Art.208 que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1988).

Contudo, mesmo com a Constituição de 1988, muitas escolas não se sentiram na obrigação de matricular alunos com necessidades especiais nas respectivas instituições de ensino regular e muitos alunos continuaram nas escolas especiais. Poucas escolas se arriscaram a tomar a iniciativa e as que aceitaram a matrícula destes alunos tinham a idéia de que os alunos com deficiência tinham que se adequar a escola e não o contrário, ou seja, a iniciativa não foi bem sucedida.

Por isso, muitas outras resoluções e leis foram implementadas e incorporadas a já existente de 1988. Como é o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (BRASIL, 1996), Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) de 2001 que torna crime a recusa em matricular nas escolas crianças e jovens com deficiência e do Programa Educação Inclusiva de 2003 do MEC que forma professores para atuar nessa modalidade de ensino, com pessoas com necessidades educacionais especiais.

De acordo com Mazzotta (1997, p.27), “crianças com necessidades especiais são aquelas que, por limitações intrínsecas ou extrínsecas, requerem algumas modificações ou adaptações no programa educacional, a fim de que possam atingir o seu potencial máximo”.

É importante ressaltar que é recente a preocupação do Estado em fornecer subsídios para as instituições escolares se adequarem ao processo de inclusão, como por exemplo, promover uma melhor formação do professor e disponibilizar profissionais capacitados para auxiliar as escolas nesta ação educacional. Já que esta é uma realidade em quase todas as escolas brasileiras. E para melhor demonstrar estas mudanças, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, na perspectiva da educação inclusiva, estabelece nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica que “as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais”. (BRASIL, 2008, p.11).

Foram muitos anos de luta até a conquista da matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares e até todos os profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem entenderem que a escola precisava se adequar e se transformar para receber estes alunos e compreenderem que alunos com necessidades educacionais especiais têm grande potencial de aprendizagem e que isso vai depender muito da intervenção pedagógica aplicada a este aluno.

Contudo, mesmo com alguns avanços, muito ainda há que ser feito para melhorar esta inclusão. Já que não basta apenas matricular os alunos com deficiência nas escolas regulares, eles precisam estar inseridos em todo o processo de aprendizagem e não apenas incluídos no espaço físico escolar, como ainda acontece em algumas escolas.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais e mais especificamente, de alunos autistas, nas escolas regulares é uma realidade conquistada a poucos anos, pois, durante muito tempo esse foi um assunto ignorado pelas instituições de ensino regular, que não queriam se adequar a este novo e desafiador processo de ensino e aprendizagem.

O aluno autista em especial, possui características específicas que precisam ser compreendidas pela instituição escolar e pelo professor que vai acompanhá-lo em sala de aula, pois a criança autista tem sérias dificuldades em estabelecer comunicação, na interação social e na linguagem. E por isso mesmo, a inclusão

deste aluno representa um grande desafio, mas que pode proporcionar também grandes avanços e conquistas para todos os envolvidos neste processo.

Porém, mesmo com uma lei que torna crime a recusa em matricular alunos com necessidades educacionais especiais, ainda é possível encontrar escolas que se recusam a matricular alunos diagnosticados com algum tipo de transtorno, síndrome ou deficiência, por isso mesmo, muitos pais preferem não expor a condição do filho, conseguindo somente desta forma concretizar a matrícula. E isto acontece ainda hoje porque as escolas não querem ter o trabalho de se adequar as necessidades dos estudantes, ainda persistindo um pensamento antigo de que, é o aluno quem tem que se adequar a escola.

E por se tratar de um tema de grande relevância, serão abordados neste trabalho os desafios de concretizar esta inclusão de forma plena e satisfatória, abordando os problemas e especificidades da inclusão de alunos com autismo nas escolas regulares e os avanços conquistados, entendendo de que forma é feita esta inclusão e se ela realmente é eficaz.

É importante antes de tudo entender o processo histórico da educação, como se constituiu o processo educacional no Brasil, as leis que asseguraram o direito de todos à educação, incluindo o direito das pessoas com necessidades educacionais especiais a frequentar a escola regular e não somente ficar limitado as classes especiais ou só ao acompanhamento clínico em instituições específicas para cada necessidade.

Atualmente a situação de pessoas com necessidades educacionais especiais melhorou bastante, mas ainda existem barreiras a serem superadas. Ainda se faz necessário investir em uma melhor capacitação de profissionais da área educacional, melhorando a sua formação de uma forma que estes profissionais saiam das faculdades e universidades preparados para lidar com as novidades que a inclusão pode trazer para a sala de aula. E não mais se assustarem e até mesmo se sentirem impotentes diante do novo desafio, que é ter que se ajustar e adequar sua didática pedagógica a este aluno específico.

No decorrer do trabalho de pesquisa serão utilizadas a pesquisa de campo e as referências bibliográficas, para desta forma tentar entender se o que está

escrito nos livros está em concordância com a prática educativa realizada nas escolas.

Diante de tudo que já foi exposto o objetivo deste trabalho é investigar a realidade do processo de inclusão e seus avanços para o processo educacional de alunos com autismo e para todos que fazem parte do contexto escolar e a partir deste estudo analisar o processo histórico da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular, compreender as especificidades do aluno com autismo e suas necessidades para a sua efetiva inclusão, demonstrar através de pesquisa de campo os caminhos que levam a uma concreta inclusão e compreender o papel da escola e da família neste processo.

Muitos fatores influenciam na realização desta inclusão, como por exemplo, a formação do professor, o espaço físico escolar, como a escola recebe este aluno e como ela se prepara para atender a essa demanda, a maneira como a família se comporta diante da iniciativa de escolarizar o filho autista, enfim, faz-se necessário que exista uma colaboração e acima de tudo, que exista comprometimento de todos os envolvidos neste processo para a realização desta ação inclusiva.

Para um melhor resultado desta pesquisa faz-se necessário também compreender o que é autismo, quais as suas causas e tratamento e entender qual o papel da família e quais são as suas aspirações diante da decisão de inserir o filho autista no contexto escolar e como ela pode contribuir para o sucesso desta iniciativa.

A inclusão de crianças autistas nas escolas regulares representa um grande avanço para a sociedade, pois é muito importante para este aluno conviver com outras crianças que não sofrem dos mesmos sintomas e poder desta forma proporcionar a estes alunos ditos normais a possibilidade de lidar com o diferente e aprenderem desde cedo a respeitar as diferenças e ter a compreensão do que é diversidade e o quanto ela é importante para a boa convivência de todos que fazem parte não só do ambiente escolar como de toda a sociedade. Sabendo disso, é imprescindível compreender que também é importante para os professores elaborar novas formas de educar e saber que é tempo de reformular o processo de ensino e aprendizagem, para atender a todos os alunos já que é

inegável que nem todos os alunos aprendem da mesma forma e que cada um tem seu tempo e necessidades diferentes, independente de ser autista ou não.

Por isso mesmo, já existem métodos educacionais para melhorar e possibilitar a aprendizagem de alunos autistas, fazendo com que assim eles obtenham melhores resultados no seu dia-a-dia escolar e também possibilitando uma maior independência para esta criança no seu cotidiano, já que através destes métodos eles conseguem se comunicar de forma mais objetiva com um sistema de comunicação através de figuras, que permite que eles expressem o que querem e facilita a comunicação entre os que os cercam.

E para entender como está sendo realizada a inclusão de crianças autistas na escola regular foi feita uma pesquisa de campo na qual foi observado um aluno autista em sala de aula, o seu comportamento e como a professora e todos os profissionais que fazem parte do contexto escolar se comportavam diante deste aluno, tentando desta forma compreender as especificidades deste processo de ensino e aprendizagem, suas dificuldades e seus avanços. E desta forma, verificar as possibilidades de se concretizar uma real ou não, efetiva inclusão do aluno autista na escola regular.

1. LIMITES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Em 1549 se inicia a história da educação brasileira com a chegada dos jesuítas ao país, que fundaram a primeira escola elementar (escola primária). Esta realidade persistiu até 1759, quando os jesuítas foram expulsos do país. Após a expulsão dos jesuítas nada foi feito pela educação e essa situação só foi mudar em 1808, com a chegada da família real ao país. D. João VI abriu escolas de Direito e Medicina e escolas militares, mas ainda assim, a educação brasileira permaneceu como algo secundário.

Durante muito tempo no Império pouco se fez pela educação. Inicialmente os esforços se concentravam em atender a demanda da corte, com a intenção de uma formação profissional e havia muitos questionamentos sobre a qualidade do ensino. Com a Proclamação da República em 1822, algumas mudanças ocorreram, se iniciou o pensamento de fornecer instrução primária e gratuita a todos os cidadãos e em 15 de Outubro de 1827 com D. Pedro I, se assegura a criação das “escolas de primeiras letras, em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império”.

Passado alguns anos não houve grandes avanços na área educacional a não ser pelo surgimento de algumas universidades no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, Porto Alegre e São Paulo.

A maior mudança aconteceu com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1961(BRASIL, 1961). Defendia que a educação era direito de todos e ocasionou o favorecimento a uma escola pública e gratuita e entre outras coisas tratava da educação das pessoas com necessidades educacionais especiais.

A Constituição de 1988 também reforçou o direito de todos a educação e a gratuidade do ensino público e destacou a universalização do ensino fundamental, entre outras coisas. Em 1996 a nova LDB traz como novidade um capítulo inteiro dedicado à educação especial.

Porém desde que se iniciou o processo de escolarização no Brasil que a escola se tornou uma instituição de exclusão, já que poucos tinham acesso à unidade escolar. Só freqüentava a escola quem tinha posses, ou seja, aqueles

que detinham o poder. A educação era destinada a elite. Pois existia o pensamento de que conhecimento é poder e os pobres não podiam ter acesso a ele.

Durante todo o processo educacional muitos foram os excluídos, dentre eles, pobres, negros, mulheres, índios, deficientes, enfim, e isso permaneceu durante muito tempo, até que se regulamentou legalmente o direito de todos a freqüentar a escola.

Contudo até os dias de hoje, apesar das muitas discussões sobre diversidade e sobre a importância do respeito às diferenças, ainda é possível perceber os processos de exclusão, como é o caso de algumas pessoas com necessidades educacionais especiais. E mesmo possuindo leis com o objetivo de se fazer das escolas brasileiras, escolas inclusivas que absorvam toda a demanda de excluídos do ensino, muito ainda precisa ser feito, pois se faz necessário investir mais e melhor na educação para que desta forma todos possam usufruir do ensino e acima de tudo ter uma educação de qualidade.

Como esta pesquisa irá abordar o Ensino Fundamental, cabe trazer algumas informações sobre este nível de ensino.

1.1. ENSINO FUNDAMENTAL: ORIGEM E CONCEITO

O Ensino Fundamental faz parte de uma das etapas da Educação Básica. Sua origem vem do antigo Ensino de 1º Grau. Atualmente a duração do Ensino Fundamental foi ampliada de oito para nove anos. E com isso os alunos de seis anos de idade que antes faziam parte da alfabetização, foram incluídos no Ensino Fundamental. Essa mudança ocorreu com a Lei 11.174 de 2001 em que o Plano Nacional de Educação (PNE) já determinava como meta a implantação progressiva do Ensino Fundamental com duração de nove anos e a Lei 11.274/06 tornou obrigatória não só a matrícula aos seis anos de idade como estabeleceu a duração de nove anos para este ensino e deu um prazo até 2010 para que os Estados e municípios se adequassem ao novo sistema.

A divisão deste ensino é composta por dois ciclos, ou seja, os cinco primeiros anos iniciais em que os alunos têm entre seis e dez anos de idade, e as

classes contam com único professor regente. No segundo ciclo nos anos finais em que os alunos têm entre onze e quatorze anos de idade, os alunos já contam com um professor especialista em cada disciplina.

No primeiro ano do Ensino Fundamental as estratégias pedagógicas são voltadas para a aprendizagem da leitura e da escrita. Espera-se que o aluno desta série inicial seja alfabetizado e conclua o 1º ano garantindo a leitura e a escrita e através dos jogos e brincadeiras que estimulam o raciocínio lógico da criança. Nesta fase os alunos ainda aprendem os conteúdos de forma lúdica, sem muito aprofundamento dos conteúdos.

Após essa primeira etapa, o aluno já começa a ser mais exigido, ainda não perde o lado lúdico da aprendizagem mais passa a ser mais cobrado, com atividades que aprofundam mais o conteúdo.

Um dos grandes desafios do trabalho pedagógico no Ensino Fundamental é acolher o aluno nas suas especificidades, respeitando o ritmo e necessidades de cada aluno. É nessa realidade que se insere os alunos com autismo, compreendidos como alunos com necessidades educacionais especiais (NEE).

1.2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO BRASIL

Atualmente as pessoas com NEE são definidas pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) como aquelas que estão incluídas no grupo das pessoas com deficiência, com transtorno global de desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação.

Durante muitos anos as pessoas com deficiência foram tratadas como incapazes e até mesmo como anormais, por não possuírem um padrão considerado normal e uniforme perante a sociedade, isso fez com que durante muito tempo estas pessoas permanecessem reclusas em casa. As pessoas que tinham alguma deficiência fossem elas, física, mental ou sensorial ou que sofriam de algum transtorno ou até mesmo de alguma síndrome, eram tratadas primeiramente apenas de forma clínica. Como exemplo desta realidade segundo

Mazzotta (1996, p. 30), ainda no Segundo Império, há registros de ações voltadas para o atendimento pedagógico ou médico-pedagógico aos deficientes. Em 1874 o Hospital Estadual de Salvador, na Bahia, hoje denominado Hospital Juliano Moreira, iniciou a assistência aos deficientes mentais. Sobre o tipo de assistência prestada, há, no entanto, informações insuficientes para sua caracterização como educacional. Poderia tratar-se de assistência médica a crianças deficientes mentais e não propriamente atendimento educacional; ou ainda, atendimento médico-pedagógico.

Após algum tempo percebeu-se que estas pessoas com necessidades educacionais especiais podiam participar ativamente da sociedade, desde que fossem respeitados suas especificidades e seus limites e podendo assim também, serem incluídas no sistema escolar, participando do processo educativo.

Porém, inicialmente a inserção destes alunos no sistema educativo se deu através de escolas especiais específicas para cada deficiência, como é o exemplo do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, o Instituto dos Mudos Surdos, em 1857, ambos localizados no Rio de Janeiro. Em 1957, ou seja, cem anos após sua fundação, pela Lei nº 3.198, de 6 de Julho, passaria a denominar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Já no século XX é fundado o Instituto Pestalozzi, em 1926, especializado no atendimento às pessoas com deficiência mental, em 1954 é fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, e em 1945 é fundado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi. (BRASIL, 2007 b).

Foi a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961 (BRASIL, 1961) que se iniciou a fundamentação legal sobre a educação de alunos excepcionais, termo utilizado na época, no Brasil. Em seu Art.88 a LDB determina que “a educação de excepcionais, deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”. O que para muitas pessoas se tornou um grande avanço da nossa legislação e que acabou por nortear e aprimorar outras leis nesta área. FERREIRA (2006, p. 87), faz uma citação sobre esta época:

A partir do final dos anos 1960, e de modo mais destacado nos anos 1970, as reformas educacionais alcançaram a área de educação especial sob a égide dos discursos da normalização e da integração. A

educação especial constou como área prioritária nos planos setoriais de educação, após a Emenda Constitucional de 1978 e a Lei n°. 5692/71, de reforma do 1° e 2° graus, e foi contemplada com a edição de normas e planos políticos de âmbito nacional: as definições do Conselho Federal de Educação sobre a educação escolar dos excepcionais, as resoluções dos Conselhos Estaduais de Educação sobre diretrizes de educação especial, criação dos setores de educação especial nos sistemas de ensino, a criação das carreiras especializadas em educação especial na educação escolar (os professores dos excepcionais) e também no campo de reabilitação (a constituição das equipes de reabilitação / educação especial).

O MEC, em 1973 criou o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial), que ficou responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que tinha como objetivo promover e defender a integração e desta forma, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, porém, ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do estado. Nesse período, não se concretiza uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de políticas especiais para tratar da educação de alunos com deficiência. (BRASIL, 2007 b). Sua finalidade e competências foram detalhadas no Regimento Interno, Artigo 2° e seu Parágrafo Único, e alguns deles são:

Parágrafo Único – Compete especificamente ao CENESP:
 I – planejar o desenvolvimento da educação especial;
 V – estabelecer normas relativas aos meios e procedimentos de identificação e diagnóstico de excepcionais, tipo de atendimento, métodos, currículos, programas, material de ensino, instalações, equipamentos e materiais de compensação, procedimentos de acompanhamento e avaliação do desempenho do educando educacional;
 VII – propor a formação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos, na área específica de Educação Especial. (MAZZOTTA, 1996, p. 56 e 57)

Em 1986, o CENESP foi transformado na Secretaria de Educação Especial – SESPE. Em 1990, foi reestruturado o Ministério da Educação, ficando extinta a SESPE. As atribuições relativas à Educação Especial passaram a ser da Secretaria Nacional de Educação Básica – SENEb. No final de 1992, houve outra reorganização dos Ministérios e na nova estrutura reapareceu a Secretaria de Educação Especial – SEESP, como órgão específico do Ministério da Educação e do Desporto. Que permanece até os dias atuais. (MAZZOTTA, 1996)

Foi a partir da Constituição de 1988 que se começa a falar de igualdade de acesso, no Artigo 206, inciso I, estabelece “igualdade de condições de acesso e

permanência na escola” (BRASIL, 1988). E no Artigo 208, inciso III, estabelece “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). Estabelecido como dever do Estado.

Porém, mesmo com este texto da constituição, a efetiva inclusão nas escolas regulares não acontece de modo satisfatório. Algumas escolas que aceitavam a matrícula tinham a idéia de que os alunos tinham que se adequar a escola e não se reformularam para atender as necessidades deste aluno e ainda assim a segregação persistiu por mais alguns anos, ou seja, foi dado o direito a matrícula, mas não o direito à inclusão de fato. E com isto, muitos outros dispositivos legais surgiram para reforçar a lei de 88, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, que no Art. 5, determina que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990). Já no Art. 54, Inciso III, reproduz o que determina a Constituição de 1988 no Art. 208. E no Art. 55, determina que “os pais ou responsável tem a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” (BRASIL, 1990).

Nesta mesma época dois documentos proporcionaram grande impacto na formulação das políticas públicas da educação inclusiva que foram: em 1990 a Declaração Mundial de Educação para Todos e em 1994 a Declaração de Salamanca. E ainda em 1994 é lançada a Política Nacional de Educação Especial que estabelece entre outras coisas, o acesso às classes comuns de ensino aqueles que “possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”. (BRASIL, 2007b).

Contudo, a Política Nacional de Educação Especial ainda não provoca uma reformulação das políticas já existentes, já que ela continua a padronizar as práticas educativas, sem valorizar potenciais diferenciados de aprendizagem, fazendo com que a responsabilidade da educação destes alunos permaneça no âmbito da educação especial.

A atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394/96, no seu artigo 59, determina que, haverá quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação especial. No artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as suas necessidades; assegura terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; assegura também, professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996). Ainda sobre a LDB, Moço (2011, p. 143) afirma que:

No capítulo V, que trata especificamente da Educação Especial, está escrito que essa modalidade de ensino deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e, quando necessário, com serviços de apoio especializado. A palavra “preferencialmente” fez com que poucos Estados e municípios abrissem as portas das redes.

Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determina que:

“os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (BRASIL, 2001).

Outro documento importante do início do século XXI para a educação especial foi a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2007 a), aprovada pela ONU em 2006 e da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados-Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão como exemplo disso tem a citação do artigo 24 deste documento:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório, sob a alegação de deficiência;

- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem. (BRASIL, 2007 a)

Em 2007, pode-se destacar o PDE que explana sobre a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade aos prédios escolares, o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior.

No ano de 2008, o Decreto 6.571 reforça diretrizes já existentes voltadas à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais e destina recursos do FUNDEB para promover esse atendimento nas escolas públicas regulares, com o intuito de apoiar a formação destes alunos na escola regular de ensino no turno oposto ao atendimento especial. E as escolas passam a receber este financiamento a partir de 2010.

E também em 2008 é lançada a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que propõe uma mudança de valores e nas práticas educacionais para que desta forma possa se assegurar uma educação de qualidade para todos os alunos.

No decorrer de todo este processo histórico ocorrem também alterações nos termos utilizados pra se referir as pessoas deficientes. Na primeira LDB de 1961 o termo utilizado era “excepcional”, após a Constituição de 88, o termo foi substituído pra “portadores de deficiência”, porém na LDB de 1996 o termo utilizado passa a ser o “educandos com necessidades educacionais especiais” entendendo pelo termo dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificulte o acompanhamento das atividades curriculares. E atualmente a terminologia usada é “pessoa com deficiência”. Sobre a mudança de terminologia na área da educação especial cabe ressaltar que um movimento semelhante aconteceu também com o termo integração e inclusão. O segundo substituindo o primeiro. Esta substituição na nomenclatura é um reflexo de uma mudança também na forma de entender a escolarização da pessoa com NEE. Na integração o aluno é quem deve se adaptar à escola, na inclusão à escola é que se adapta as necessidades do aluno.

Enfim, muitas mudanças ocorreram com o decorrer dos anos no intuito de melhorar a situação das pessoas com deficiência e daqueles que sofrem de

transtornos de desenvolvimento e altas habilidades, mas ainda há muito que se fazer, pois não basta só garantir o direito a matrícula, os professores e as escolas precisam estar realmente preparados para incluir o aluno com necessidades educacionais especiais de maneira satisfatória e eficaz. O conceito de inclusão prevê que as escolas devem se adequar para atender às necessidades de todos, afinal de contas a escola deve fazer com que este aluno também faça parte do processo educacional, porém muitos professores e instituições escolares ainda sentem dificuldades em atingir este propósito. Fazendo assim, com que esse tema ainda seja bastante discutido no âmbito educacional, pois no quesito leis avançamos muito, só falta concretizar de fato em todas as instituições de ensino a inclusão devida.

E devido a isto a inclusão do aluno autista na escola regular é um desafio que muitos profissionais da área educacional ainda não estão prontos para encarar, devido às especificidades que caracterizam uma criança ou adolescente autista, e também pelo fato de estes profissionais não se sentirem preparados para lidar com as dificuldades e novidades deste processo. Por isso mesmo este será o tema a ser abordado neste trabalho de pesquisa que se propõe a conceituar e desvendar os caminhos que levam a inclusão e a sua real concretização ou não.

Nos dias atuais o que se espera de uma escola é que ela respeite e compreenda a diversidade e que acredite que todos os alunos são capazes de aprender, independente de sua condição social, etnia, necessidades especiais, enfim, que apesar de suas diferenças e particularidades todos os alunos são capazes de participar do processo de aprendizagem, porém compreendendo que cada um aprende de uma forma e que nem todos vão se adaptar aos mesmos métodos pedagógicos. E este passa a ser o grande desafio das escolas na atualidade que é atender as diferentes necessidades dos alunos e fazer com que todos os envolvidos neste processo estejam engajados em proporcionar um ambiente em que todos os alunos se sintam incluídos.

Para BAPTISTA e BOSA (2002, p. 128) a convivência escolar compartilhada, em uma escola inclusiva, pode favorecer mudanças éticas relativas ao trato com as diferenças.

Ainda hoje, incluir um aluno autista na escola regular significa um grande desafio, pois muitas instituições de ensino não estão preparadas para lidar com as particularidades deste aluno. Partindo do significado da palavra incluir, que segundo o dicionário quer dizer entre outras características: introduzir, fazer parte. Incluir o aluno autista na escola regular, não é apenas matriculá-lo e mantê-lo na escola, incluir este aluno é proporcionar um ambiente em que o autista faça parte do processo de aprendizagem, que ele adquira capacidades, antes não exploradas e que avance no seu desenvolvimento como um todo, afinal, a aprendizagem contínua deve proporcionar uma mudança de postura e de comportamento.

Ao receber um aluno autista na sala de aula, muitos professores se fazem as mesmas perguntas: Que atividades fazer com esse aluno? Como fazer a atividade? O que esperar deste aluno?

Assim como para o aluno autista, esta também não é uma situação fácil já que ele também se vê em uma nova mudança de hábito e que certamente estará em uma situação delicada, pois terá que se adaptar a uma nova rotina.

E estas indagações surgem devido às particularidades destes alunos, como a falta de uma linguagem expressiva, os déficits na comunicação e na interação social, normalmente o autista não consegue iniciar ou concluir uma conversa, ou seja, comportamentos diferenciados que dificultam o processo de aprendizagem, porém, não impede que ele aconteça a depender de como seja feito e do tempo estimado para se conseguir avanços, já que o professor e a escola não podem ter pressa para que o aluno autista tenha progressos na escola.

Determinadas habilidades e comportamentos que se espera de uma criança em uma determinada idade, como por exemplo, em uma criança de seis anos, que já consegue fazer determinadas interpretações de ações simbólicas e já consegue fazer algumas simulações, isso não é possível perceber em uma criança autista, pois ela não possui essas habilidades devido a déficits cognitivos.

Na discussão sobre a inclusão do autista, há muitas teorias e opiniões a respeito. Muitos acreditam que é possível se fazer essa inclusão, mas também há quem acredite que a depender do grau do autismo o ideal e mais apropriado é que esse aluno permanecesse numa escola especializada pra ser mais bem

atendido em suas necessidades e também há quem acredite que só o fato do aluno poder estar em uma sala com alunos normais e poder conviver socialmente com estas crianças já possibilitaria um possível avanço na questão da interação social.

2. AUTISMO: CONTEXTUALIZAÇÃO

Autismo é uma palavra de origem grega “autos”, que significa “próprio” ou “si mesmo”.

A primeira vez que o termo “autismo” foi utilizado, foi em 1911 por Eugen Bleuler, para indicar a perda de contato com a realidade, do que decorria grande dificuldade ou impossibilidade na comunicação (ROTTA, OHLWEILER, RIESGO, 2006, p. 423)

Porém, toda iniciativa de definição do autismo tem início em 1943 com Leo Kanner, com seu artigo intitulado: Autistic disturbances of affective contact (Distúrbios autísticos do contato afetivo). Para Kanner, as crianças autistas são aquelas que têm inaptidão para estabelecer relações normais com o outro; um atraso na aquisição da linguagem e, quando ela se desenvolve, uma incapacidade de lhe dar um valor de comunicação (LEBOYER, 1995, p. 9)

Kanner, na sua primeira publicação considerava o isolamento autístico como sintoma fundamental que estava presente na criança desde o início da vida. Para Kanner se tratava de um distúrbio inato. Em 1956, observando que a síndrome pode se revelar, depois de um desenvolvimento aparentemente normal, no primeiro ou segundo ano de vida, Kanner acabou por rever a noção inicial (LEBOYER, 1995, p.9)

A partir de 1944 a psicanálise aborda o autismo com Bruno Bettelheim. A hipótese de Bettelheim consiste na seguinte teoria: a criança encontra no isolamento autístico o único recurso possível a uma experiência intolerável do mundo exterior, experiência negativa vivida muito precocemente em sua relação com a mãe e seu ambiente familiar. Sendo assim, esta foi uma teoria que acabou por culpar os pais, que se viram como os principais responsáveis pelo atraso de seus filhos. Contudo, nem todos os psicanalistas aceitaram essa teoria (AMY, 2001, p. 35)

Ritvo (1976 apud SCWARTZMAN, ASSUMPTÃO JUNIOR e COLS), aborda o autismo como um problema de desenvolvimento que decorre de déficits cognitivos. A caracterização do autismo é feita a partir da idade de aparecimento e por suas características comportamentais, que são elas:

- Distúrbios de percepção (hipo ou hiperatividade);
- Distúrbios de desenvolvimento, principalmente nas seqüências motora, de linguagem e social;
- Distúrbio do relacionamento social caracterizados por pobre contato através do olhar, ausência de sorriso social, ausência de movimento antecipatório (no bebê) aparente aversão ao contato físico, tendência a relacionar-se com partes da pessoa, desinteresse em jogos, ansiedade estranha e exagerada;
- Distúrbio da fala e da linguagem que se estendem desde o mutismo até a ecolalia e a inversão pronominal;
- Distúrbios da motilidade, observados através da atitude estranha e bizarra com maneirismos e estereotípias, principalmente de mãos e dedos. (SCHWARTZMAN, ASSUMPÇÃO JUNIOR E COLS, 1995, p. 7).
-

Definição de 1978 da Autism Society of American – ASA (Associação Americana de Autismo). O autismo é uma incompatibilidade no desenvolvimento que se manifesta por toda a vida. É incapacitante e aparece tipicamente nos três primeiros anos de vida. Cerca de 20 entre cada 10 mil nascidos manifestam os sintomas e é quatro vezes mais comum no sexo masculino do que no feminino. É encontrado em todo o mundo e pode acontecer em qualquer família.

As pesquisas relacionadas à Teoria da Mente proposta por Frith(1984) e Baron-Cohen e col.(1985), demonstravam que as crianças autistas são incapazes de atribuir estados intencionais aos outros. Outra hipótese seria a de que um prejuízo no mecanismo cognitivo afetaria a condição de representar estados mentais, ou mentalizar (SCHWARTZMAN, ASSUMPÇÃO JUNIOR e Cols, 1995, p. 83).

Definição dada pela Classificação Internacional de Doenças (CID-10), o autismo está inserido nos Transtornos Globais de Desenvolvimento que se caracteriza por uma limitação de interesses e atividades da criança, por dificuldades nas interações sociais e por padrões de comunicação estereotipados e repetitivos, comportamentos estes que se manifestam antes dos três anos de idade.

Para a CID-10 (1993) (CID 2011), o autismo está inserido nos transtornos incluídos entre F80-F89, abrangendo as seguintes categorias:

- F84.0 – Autismo Infantil
- F84.1 – Autismo atípico

F84.2 – Síndrome de Rett
F84.3 – Outros transtornos desintegrativos da infância
F84.4 – Transtorno de hiperatividade associado ao retardo mental e movimentos estereotipados
F84.5 – Síndrome de Asperger
F84.8 – Outros transtornos invasivos do desenvolvimento
F84.9 – Transtorno invasivo do desenvolvimento não especificado.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Distúrbios Mentais (DSM – IV) de 1994, o transtorno autista se baseia em um desenvolvimento comprometido da interação social e da comunicação e um repertório limitado de atividades e interesses.

Todas as definições a respeito do autismo são muito parecidas e existe até um consenso entre elas. O autismo já foi estudado e analisado por várias áreas, como a psiquiatria, a psicanálise, a psicologia, enfim, todos com intuito de esclarecer sobre o diagnóstico, a fim de conhecer as causas e os possíveis tratamentos do autismo. Inicialmente o autista foi observado apenas de forma clínica e atualmente ele é analisado até mesmo no campo educacional.

2.1. CARACTERÍSTICAS DO DIAGNÓSTICO

Ao longo dos anos muitos estudiosos se dedicaram a esclarecer sobre as características que levam ao diagnóstico de uma criança autista. A expectativa de vida é a mesma de qualquer pessoa, há uma predominância maior no sexo masculino, o autismo é considerado incurável, porém, um tratamento adequado pode atenuar os sintomas, que podem surgir antes dos vinte e quatro meses de vida ou até mesmo até os três anos de idade após um comportamento considerado normal ao de qualquer criança. Mas normalmente os sintomas surgem antes dos 24 meses, o que acontece é que muitos pais podem acabar por ignorar o comportamento diferenciado do filho ou até mesmo demoram a aceitar que o filho não se comporta da maneira esperada para a criança daquela idade, o que resulta num atraso do diagnóstico.

Usando os critérios aceitos atualmente para a definição do autismo, percebeu-se que não se trata de um distúrbio raro. Dependendo dos critérios de inclusão, a prevalência de autismo tem variado de 40 a 130 casos por 100 mil, ocupando o terceiro lugar entre os distúrbios de desenvolvimento, na frente das

malformações congênitas e da síndrome de Down. Se considerarmos os TGDs, a prevalência é de 2 a 5 casos por mil. Não está claro que a prevalência dos TGDs tenha realmente aumentado. O mais provável é que o aumento do número de diagnóstico se deva a um maior reconhecimento desses transtornos em crianças menos gravemente afetadas. (ROTTA, OHLWEILER, RIESGO, 2006).

Para Schwartzman (1995, 2003) na atualidade diagnosticar uma criança autista é basicamente uma ação clínica que pode ser executada por meio de observações que caracterizam o quadro, observações comportamentais e análise do histórico do indivíduo, e não por intermédio de exames laboratoriais – exceção feita quando o autismo aparece associado à outra condição.

Os diagnósticos geralmente são realizados por equipes multidisciplinares, e estes diagnósticos são baseados nas listas de sintomas propostas pelos manuais específicos, como o DSM – IV e o CID-10. (FAEEBA, 2007).

Para o DSM – IV (1994) é utilizado o Critério Diagnóstico para Transtorno Autista que segue abaixo:

- A. Pelo menos seis dos doze critérios abaixo, sendo dois de (1) e pelo menos um de (2) e (3).
 - 1) Déficits qualitativos na interação social, manifestados por:
 - a. Dificuldades marcadas no uso de comunicação não-verbal;
 - b. Falhas do desenvolvimento de relações interpessoais apropriadas no nível de desenvolvimento;
 - c. Falha em procurar, espontaneamente, compartilhar interesses ou atividades prazerosas com os outros;
 - d. Falta de reciprocidade social ou emocional.
 - 2) Déficits qualitativos de comunicação, manifestados por:
 - a) Falta ou atraso do desenvolvimento da linguagem, não compensada por outros meios (apontar, usar mímica);
 - b) Déficit marcado na habilidade de iniciar ou manter conversação, em indivíduos com linguagem adequada;
 - c) Uso estereotipado, repetitivo ou idiossincrático de linguagem;
 - d) Inabilidade de participar de brincadeiras de faz-de-conta ou imaginativas de forma variada e espontânea para seu nível de desenvolvimento.
 - 3) Padrões de comportamento, atividades e interesses restritos e estereotipados:
 - a) Preocupação excessiva, em termos de intensidade ou de foco, com interesses restritos e estereotipados;
 - b) Aderência inflexível a rotinas ou rituais;
 - c) Maneirismos motores repetitivos e estereotipados;
 - d) Preocupação persistente com partes de objetos.
- B. Atrasos ou função anormal em pelo menos uma das áreas acima presentes antes dos três anos de idade.
- C. Esse transtorno pode ser mais bem explicado por um diagnóstico de síndrome de Rett ou transtorno desintegrativo da infância. (ROTTA, OHLWEILER E RIESGO, P. 424)

Observa-se nestes itens descritos acima que a problemática da falta de comunicação da pessoa autista leva a dificuldades em estabelecer reciprocidade na prática comunicativa, isolando o autista das demais pessoas. Outra classificação sobre a pessoa autista pode ser encontrada na Associação Americana de Autismo (ASA, 1978). Segundo esta Associação as pessoas com autismo possuem pelo menos metade das características listadas a seguir:

1. Dificuldade de relacionamento com outras crianças
2. Riso inapropriado
3. Pouco ou nenhum contato visual
4. Aparente insensibilidade à dor
5. Preferência pela solidão; modos arredios
6. Rotação de objetos
7. Inapropriada fixação em objetos
8. Perceptível hiperatividade ou extrema inatividade
9. Ausência de resposta aos métodos normais de ensino
10. Insistência em repetição, resistência à mudança de rotina
11. Não tem real medo do perigo (consciência de situações que envolvam perigo)
12. Procedimentos com poses bizarras (fixar objeto ficando de cócoras, colocar-se de pé numa perna só, impedir a passagem por uma porta, somente liberando-a após tocar de uma determinada maneira)
13. Ecolalia (repete palavras ou frases no lugar de linguagem normal)
14. Recusa colo ou afagos
15. Age como se estivesse surdo
16. Dificuldade em expressar necessidades - usa gesticular e apontar no lugar de palavras
17. Acessos de raiva – demonstra extrema aflição sem razão aparente
18. Irregular habilidade motora – pode não querer chutar uma bola, mas pode arrumar blocos.

Nem todos os indivíduos com autismo apresentam todos estes sintomas, porém a maioria dos sintomas está presente nos primeiros anos de vida da criança. Estes variam de leve a grave e em intensidade de sintoma para sintoma.

2.2. POSSÍVEIS CAUSAS DO AUTISMO

Segundo estudiosos e especialistas não existe nenhuma causa concreta que determine o surgimento dos sintomas autísticos. O que existe são suposições de possibilidades determinantes para a causa do autismo. As origens do autismo podem ser patológicas, orgânicas, bioquímicas, imunológicas, neurológicas e até mesmo psiquiátricas. Porém, ainda não existe nenhuma pesquisa que comprove as causas do autismo. Contudo, existem estudos que tentam descobrir suas origens e causas, mas nada ainda verdadeiramente comprovado cientificamente.

Existe a suposição de que a causa do autismo poderia ser influência genética, vírus, infecções virais, intolerância imunológica, enfim, são algumas suposições, mais como foi dito anteriormente, nada comprovado cientificamente.

2.3. TRATAMENTO

O tratamento para amenizar os sintomas do autismo é baseado numa abordagem multidisciplinar, assim como para o diagnóstico. Entre as sugestões de tratamento podem estar, o tratamento farmacológico, o fonoaudiólogo, o educacional, enfim, são algumas as opções. Porém todas com o intuito de melhorar os sintomas já que até o momento não se descobriu a cura pra o autismo.

Para minimizar a agressividade e as estereotípias de alguns autistas, pode ser utilizado o uso de medicamentos específicos, como é o caso dos neurolépticos, que é a droga mais comum utilizada para o autismo. Mas vários outros medicamentos podem ser usados como um antipsicótico atípico que se usa atualmente como primeira escolha (ROTTA, OHLWEILER, RIESGO, 2006, p. 428).

Contudo, para um melhor resultado nas intervenções feitas no tratamento atualmente, independente do uso de medicamentos é necessário que exista uma equipe de profissionais especializados no atendimento ao indivíduo com autismo, que possibilite uma melhora nos sintomas autísticos e que com isso melhore suas condições de se inserir no convívio social de uma maneira mais independente.

2.4. FAMILIA E AUTISMO

Muitas famílias passam anos idealizando a chegada de um filho, fazem planos e quando finalmente conseguem concretizar o ideal, sonham com um filho perfeito, saudável que vai trazer alegria para a família e que vai no decorrer do seu desenvolvimento proporcionar surpresas com cada descoberta e com cada avanço obtido pela criança, porém, quando esse filho surge e aos poucos os pais vão percebendo que seu filho não se desenvolve como deveria, muitos pais vêm seus planos serem frustrados, chegando muitas vezes a não aceitar ou até mesmo a ignorar o diagnóstico dado pelo médico. É como se fosse um sentimento de perda do filho idealizado.

Muitos pais só se dão conta que seu filho tem algum problema quando esse filho chega à escola e o professor pontua alguns comportamentos do filho e solicita que os pais observem melhor o seu filho.

Não se sabe se o comportamento dos pais é um mecanismo de defesa ou se realmente eles preferem não enxergar que o filho tão sonhado não veio como era esperado.

Alguns autores e pesquisadores citam que em algumas famílias que possuem um filho autista, existe um elevado nível de stress, há também pesquisadores como Bettelheim, que atribuem aos pais a responsabilidade pelos sintomas do filho autista, contudo esta teoria já foi desconsiderada e hoje os pais são considerados grandes aliados no tratamento do filho. (MENDES, ALMEIDA, p. 373, 2010) (AMY, 2001, p. 35).

Porém é compreensível que em um primeiro momento os pais se sintam frágeis diante de um diagnóstico de autismo, pois vão precisar se adaptar a algo novo e adquirir conhecimentos que vão além de cuidar de uma criança, vão precisar conhecer para saber lidar com as necessidades do filho autista. E muitos pais se dedicam a cuidar do tratamento do filho para, desta forma, amenizar os seus sintomas e assim melhorar a convivência com a família.

A escola pode ser um grande parceiro da família em prol de uma melhor qualidade de vida e conseqüente inclusão escolar da pessoa autista.

2.5. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Entende-se por educação inclusiva aquela que possibilita que todos os alunos matriculados nas classes comuns das escolas regulares sejam respeitados diante de suas necessidades, independente de qual seja. A escola inclusiva compreende a diversidade como algo que faz parte de todo indivíduo e que ninguém é igual a ninguém e que por tanto deve se valorizar as diferenças. Esta educação busca atender as necessidades educacionais especiais de cada aluno de uma maneira que possa garantir a aprendizagem de todos e para isto faz-se necessário uma reformulação da escola a fim de adequar seus conteúdos e metodologias para desta forma atingir o objetivo de proporcionar uma educação

de qualidade para todos. Esta nova visão da educação trata de uma escola mais democrática e humana.

Atualmente o maior desafio da educação e das escolas tem sido reformular o currículo escolar para atender a diversidade existente nas salas de aula e entender que o currículo deve ser flexível para que desta maneira possa realizar a função de contemplar os conteúdos escolares, mas também possibilitar a ampliação de seus conhecimentos tratando da transversalidade e interdisciplinaridade e relacionando os conteúdos escolares ao contexto social do aluno, de uma forma que todos os eles se interessem e aprendam de forma satisfatória e plena e que estes conteúdos possam atender as necessidades de cada aluno.

Contudo, para a realização eficaz da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, em alguns casos é necessário que se tenha na escola uma sala de recursos multifuncionais em que se conte com o auxílio de um profissional especializado para auxiliar o professor e também para proporcionar ao aluno no turno oposto um atendimento pedagógico especializado e que também poderá proporcionar a preparação e confecção de materiais pedagógicos específicos para facilitar o aprendizado do aluno. As salas de recursos são consideradas como um suporte de suplementação ou complementação curricular. Mas ainda hoje é uma realidade distante, pois poucas escolas que contém alunos com NEE possuem salas de recursos multifuncionais. E as poucas existentes auxiliam não só os alunos matriculados na escola em que ela está inserida como também auxiliam os alunos das escolas vizinhas.

Outra alternativa para isto, são instituições especializadas na determinada necessidade do aluno, que no caso deste trabalho de pesquisa seria o Instituto Pestalozzi da Bahia, que a um pouco mais de um ano se tornou um centro especializado no atendimento de pessoas com Transtorno Global do Desenvolvimento e que também faz um acompanhamento deste aluno e que possibilita uma parceria com a escola, fornecendo auxílio sempre que ela necessita e que também promove cursos e eventos direcionados aos professores que contém em suas salas de aula alunos com TGD.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (p. 51)

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns do ensino regular, como meta das políticas de educação, exige interação constante entre professor da classe comum e os dos serviços de apoio pedagógico especializado, sob pena de alguns educandos não atingirem rendimento escolar satisfatório. (BRASIL, 2001)

É de grande relevância salientar que a interação entre o professor da classe comum e o profissional especializado da sala de recursos tem grande importância no desenvolvimento e no aprendizado do aluno com necessidades educacionais especiais. Esta parceria pode proporcionar ao aluno um melhor aproveitamento dos conteúdos escolares, conseguindo desta forma promover de fato um processo de ensino e aprendizagem satisfatório e desejado.

2.6. A INCLUSÃO ESCOLAR DO AUTISTA

Para Castanedo (2007), nos casos profundos de autismo, existe um consenso em afirmar que é fantasioso pensar que esta criança vai ingressar no ensino regular e ser incluída satisfatoriamente, mesmo com um currículo adaptado. Para este autor, nem todas as crianças autistas podem se beneficiar da inclusão escolar, pois para isto seria necessário que a criança tivesse um mínimo de capacidade intelectual, sensorial e motora e nos casos mais severos de autismo, a única opção possível seria a classe de educação especial ou até mesmo um sistema institucional residencial.

Ainda segundo Castanedo, o professor precisa ter motivação e competência para enfrentar com sucesso a inclusão de um aluno autista e que a escola também não pode impor a todos os docentes a inclusão de um ou mais alunos autistas na sua classe.

Sabe-se que muitos professores ao formar-se não estão preparados para enfrentar este desafio satisfatoriamente e incluir um aluno autista na classe deste professor, seria exigir que ele se apropriasse das especificidades deste aluno e criasse estratégias para manter este aluno em sala da melhor maneira possível, já que muitos autistas não se prendem aos conteúdos dados e são hiperativos e costumam sair da sala de aula com frequência. Prender a atenção deste aluno e fazer ele se interessar pelo que está sendo feito naquele espaço é um grande desafio para o educador.

Para Bosa e Hoher (2009), o sujeito só pode crescer se houver uma aposta permanente em sua educabilidade. E para este autor a escola deve deslocar o foco do sujeito que precisa ser modificado, para o ambiente que precisa ser transformado para acolher as particularidades deste sujeito.

De acordo com Schwartzman, Assumpção Junior e Cols. (1995):

Qualquer pessoa que tenha que cuidar e treinar o desenvolvimento de uma criança com autismo deverá saber que, independente da causa e extensão das *DIFERENÇAS*, ela só poderá se desenvolver dentro de uma estrutura, competência, ritmo e padrão particulares de funcionamento. Ela deverá ter a oportunidade para fazer o que está apta a realizar, de forma hierárquica e paulatina (p. 236).

Conhecer o aluno e suas particularidades torna-se importante, pois cada aluno autista tem suas necessidades individuais, já que nem todos têm os mesmos sintomas com a mesma gravidade e assim, é possível planejar uma estratégia de inclusão eficiente, para atender aos interesses deste aluno e explorar suas habilidades e desta forma, a escola conseguir realizar o seu processo de inclusão. E todos ficarem satisfeitos, aluno, pais, professores e escola.

2.7. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL DO AUTISTA

Existem alguns programas e estratégias de ensinios desenvolvidos com a intenção de melhorar os sintomas autísticos de comunicação e interação social. Entre eles estão o programa TEACCH e o PECS que serão descritos abaixo.

O programa TEACCH (Treatment and Education of Autistic and related Communication handicapped Children), que em português significa Tratamento e Educação para Autista e Crianças com Déficits relacionados à Comunicação. Surgiu em 1966, nos Estados Unidos na Universidade da Carolina do Norte e foi elaborado por Eric Schopler e colaboradores.

Este programa tem por finalidade oferecer um programa institucional individualizado para cada criança autista e assim proporcionar a elas participarem de atividades juntamente com as outras crianças em instituições escolares

regulares com atividades adaptadas as suas necessidades. E neste programa os pais são grandes colaboradores, participando como co-terapeutas, fazendo uma oposição à idéia da época de que os pais seriam os grandes causadores dos sintomas dos filhos.

Segundo Schwartzman(1995, p. 238), o programa TEACHH utiliza de alguns recursos de estímulos visuais, estímulos corporais e estímulos áudio-cinestésico-visuais, como por exemplo: fotos, figuras, apontar, utilização de gestos, movimentos corporais, o som, a palavra, movimentos associados às fotos, todos eles com a intenção de desenvolver a fala ou de se obter uma comunicação alternativa.

O uso da informação visual, ou seja, de imagens na busca de uma linguagem comunicativa, demonstrou grandes resultados, principalmente em crianças que apresentavam bom nível de inteligência. Porém para isso acontecer, primeiro se faz necessário fazer um levantamento daquilo que a criança gosta e para isso é preciso observar o seu comportamento e a partir daí criar as imagens e palavras que estão relacionadas ao cotidiano e as preferências da criança.

Apesar de a escolarização de crianças autistas ainda hoje representar um desafio, este programa demonstrou que este é um processo possível. O programa TEACCH foi tão bem sucedido que foi exportado para outros países, inclusive para o Brasil, que iniciou em 1991, em Porto Alegre. (SCHWARTZMAN, JÚNIOR e cols, 1995).

Segundo Schwartzman, Assumpção Júnior e cols (p. 238), o programa TEACCH tem como objetivos em suas estratégias de trabalho:

- Propiciar um desenvolvimento adequado e compatível com as potencialidades de cada indivíduo e com sua faixa etária;
- Funcionalidade;
- Independência;
- Integração das prioridades da família com a prática terapêutica.

Essas estratégias são indicadas individualmente para cada criança, sendo que cada atividade será direcionada para uma criança, podendo uma atividade servir para uma e não servir para ser utilizada com outra criança autista, isso vai depender da necessidade que cada uma apresentar.

Outro ponto que é muito importante para o bom desempenho das atividades nas salas de aula, é o espaço físico do ambiente escolar, já que crianças autistas apresentam grande dificuldade em manter a atenção e em estabelecer relação com as coisas ao redor e de emitir a conduta esperada. Para que isso aconteça da melhor maneira é preciso organizar a sala e todo o espaço físico escolar para que a criança autista possa se movimentar de forma mais independente.

O ideal é que a sala de aula não tenha muitas informações nas paredes, principalmente cartazes luminosos que possam tirar a atenção do aluno autista. É necessário também que a sala de aula seja organizada de uma forma que o aluno possa se movimentar livremente, sem obstáculos e que se procure manter sempre esta mesma organização. É importante que a rotina da sala e da turma esteja exposta em um pequeno quadro com figuras identificando o momento da rotina como, por exemplo, o horário da chegada, a oração, o momento da leitura, a hora do lanche, a ida ao banheiro, o momento da brincadeira, a saída, enfim, todos esses momentos demonstrados por figuras que facilitam o entendimento do aluno e favorece o seu adequamento a rotina escolar, isso tudo é muito importante principalmente para as crianças autistas que tem dificuldade em se comunicar através da fala.

Se por algum motivo a rotina for modificada, é importante explicar o porquê da mudança e preparar o aluno para esta mudança, já que o autista normalmente oferece resistência às mudanças na rotina e muitos acabam ficando mais agitados.

As atividades e os objetos devem sempre ter os nomes expostos, também para auxiliar e facilitar a identificação para o aluno e assim promover e estimular sua independência.

Outra estratégia utilizada para facilitar a comunicação de crianças autistas em idade pré-escolar é o PECS (Picture Exchange Communication System), ou seja, é um sistema de comunicação por figuras, que foi desenvolvido nos Estados Unidos, pelo psicólogo Andrew Bondy e pela fonoaudióloga Lori Frost.

Esta é uma estratégia que utiliza figuras como método de ensino e tenta desta forma incentivar o processo de comunicação principalmente entre crianças

autistas que não desenvolveram a fala ou que tem muita dificuldade de se comunicar.

Inicialmente este método de ensino foi muito criticado por alguns pesquisadores que achavam que este sistema limitava a comunicação das crianças, porém, essa idéia foi modificada com os avanços obtidos no decorrer do processo de ensino em que foi se percebendo melhoras na comunicação destas crianças, ficando mais fácil demonstrar através das figuras o que elas queriam ou o que os professores estavam solicitando ou pretendendo.

Esta é uma forma de tornar as crianças mais independentes dos adultos, podendo fazer uma solicitação, ou demonstrar um desejo através das figuras ou através de algumas tiras de palavras, que com um tempo de treinamento e estímulo, as crianças passam a se comunicar de forma mais independente.

Para o bom aproveitamento do PECS é importante primeiro ter conhecimento do gosto da criança e de seu comportamento, para a partir daí criar as figuras e as tiras com palavras relacionadas aos interesses da criança. E desta maneira, com o devido treinamento da criança, ela começa a se comunicar e demonstram o que querem fazer e o que gostam.

Essas duas estratégias direcionadas a crianças autistas ou que possuem algum tipo de dificuldade em comunicar-se, se assemelham bastante e foram utilizadas em algumas crianças e foram bem sucedidas, tendo um bom aproveitamento e conseguindo atender ao objetivo, que é proporcionar a criança uma forma de comunicação mais independente. Ambas as propostas não exigem material complexo, o material é de baixo custo, é composto de um sistema portátil e fácil de aplicar e, além disso, pode ser utilizado tanto na escola como em casa para ajudar no processo de comunicação com a família.

3. A PESQUISA DE CAMPO: o aluno autista

O tipo de pesquisa utilizada para a elaboração deste trabalho foi a qualitativa com abordagem do tipo estudo de caso. Teve como população, uma criança com autismo no Ensino Fundamental I. Para coleta de dados foram utilizados dois instrumentos: entrevista semi-estruturada (Apêndice A) e observação em sala de aula (Apêndice B)

O critério de escolha do estudo de caso foi a assiduidade do aluno e a disponibilidade e receptividade da escola e da professora. A escola foi selecionada a partir de uma lista fornecida pelo Instituto Pestalozzi da Bahia, que é a instituição do Governo da Bahia responsável pela inclusão escolar dos alunos com transtornos Global do Desenvolvimento.

A visita à escola aconteceu a partir do dia 24/05/2011 e foi até o dia 13/06/2011, na segunda-feira, terça-feira e quinta-feira e durante esses dias inseridos neste período de investigação o aluno só foi encontrado nos dias 24/05 e 13/06, nos outros ele faltou por motivos pessoais, que segundo a professora, a mãe do aluno relatou que ele estava dormindo demais no período da tarde e não acordava para poder freqüentar as aulas regularmente.

A visitação foi realizada levando em conta um roteiro de observação do aluno, e uma entrevista com a professora.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DO CASO: ESCOLA, PROFESSORA, TURMA, FAMILIA.

A escola está situada em um bairro popular do município de Salvador, é considerada uma escola de grande porte, é composta na sua estrutura física de um térreo e de um primeiro andar. Possui cerca de 700 alunos matriculados nos três turnos disponibilizados. Dispõe de 7 salas por turno e 23 professores, distribuídas em turmas que vão do 1º ano do Ensino Fundamental até o 5º ano. Possui cantina, biblioteca, laboratório de informática e um pequeno pátio que não contém nenhum brinquedo, é só uma área com alguns bancos de cimento que ao lado tem um espaço com terra aonde foi feito um canto de plantio de hortaliças e

a escola estava com um projeto para implantação de uma sala de recursos multifuncionais. O projeto foi adiado, devido a matrícula do aluno autista no período da tarde em razão deste aluno a turma teve que ser transferida para a sala do térreo aonde seria a sala de recursos multifuncionais, pois a sala desta turma ficava situada no 1º andar, só que como o aluno autista não tem noção de perigo, houve um receio de que ele pulasse lá de cima. A escola possui 45 alunos considerados de inclusão sendo que três são diagnosticados com autismo, em que, dois freqüentam a escola no turno matutino e um no turno vespertino.

Ao chegar à escola no turno da tarde e me apresentar fui muito bem recebida. Ao expor o meu propósito na visita a escola, a vice-diretora imediatamente liberou a minha visita e me levou para conhecer a professora do 1º ano do Ensino Fundamental em que havia um autista matriculado, que inclusive ele não estava neste dia. Logo que a vice-diretora explicou a intenção da minha visita para a professora, ela me deixou à vontade pra começar quando eu quisesse a observar a sua turma e o aluno autista. Só me solicitaram que eu levasse um ofício para a escola. Fui seis dias a escola para a realização da pesquisa, porém o aluno autista só esteve presente em dois dias.

A professora da turma observada terá seu nome preservado neste trabalho e será tratada pelo nome fictício de “Maria”. Tem 30 anos de idade. Sua formação em Pedagogia foi feita na UNEB (Universidade Estadual da Bahia) em 2004. Está a 4 anos atuando como professora do Município de Salvador e faz Especialização na área de Educação Inclusiva. Já teve outros alunos de inclusão, porém é a sua primeira experiência com um aluno diagnosticado com autismo. E por conta própria pesquisou sobre o assunto para poder ter o conhecimento devido para uma melhor inclusão deste aluno e também teve muitas conversas com a mãe do aluno para saber sobre o seu comportamento em casa com a família e do que gosta e qual o tratamento que o aluno faz. Teve sugestões dadas pela mãe, obtidas com a psicóloga que acompanha atualmente o aluno, sugestões estas que orientavam de que forma trabalhar determinados conteúdos específicos com o aluno. Desde que iniciou o ano letivo até o primeiro dia de observação a professora ainda não tinha tido nenhuma orientação do centro especializado de como lidar com o aluno. A primeira orientação seria dada no dia 31/05/2006, no Instituto Pestalozzi da Bahia. A professora esteve na Secretaria Municipal de

Educação e Cultura (SMEC) para solicitar uma auxiliar para a sala de aula que a ajudasse com o aluno autista, porém o pedido foi negado pela responsável pelo setor de inclusão, com a alegação de que não tinha pessoal capacitado para fazer este tipo de serviço.

A turma em questão é a do 1º ano do Ensino Fundamental I, do turno vespertino e é composta de 18 alunos, porém dois não freqüentam. São nove meninos e sete meninas com uma média de idade que vai dos 5 anos aos 10 anos de idade. No início do ano letivo eram 25 alunos matriculados, mas a professora conseguiu transferir seis alunos para o turno matutino e isto aconteceu devido a matrícula do aluno autista na turma, pois a professora pensou que desta forma poderia dar mais atenção a este aluno específico.

A família do aluno João tem total conhecimento do diagnóstico do filho e a mãe segundo relato da professora, já participou de diversos Congressos em que estava em debate o assunto Autismo, para desta forma, poder compreender o comportamento do filho e suas necessidades.

3.2. O SUJEITO DA PESQUISA

O aluno terá o nome preservado e ao me referir a ele usarei o nome de João, tem 10 anos de idade e freqüenta a escola no período da tarde. Mora em um bairro vizinho com o padrasto, a mãe e a irmã de seis meses e convive com uma “babá”, que desde o início do ano já é a terceira a cuidar dele, pois segundo a mãe relatou a professora, as outras “babás” não conseguem cuidar dele por muito tempo. Vai à escola de ônibus, quem o leva é a vizinha que tem filhos matriculados na mesma escola. A mãe não pode levar porque trabalha à tarde e a ajudante doméstica precisa cuidar da irmã de João. Esta mesma “babá” cuida dele também no período da manhã e até a mãe chegar à noite. A mãe apenas o acompanha quando o leva ao Instituto Pestalozzi da Bahia, no qual o aluno faz tratamento durante dois dias da semana a um pouco mais de um mês e também realiza um tratamento com cavalos na brigada da Polícia Militar.

A primeira psicóloga que o acompanhou durante a primeira infância o diagnosticou com Síndrome de Asperger, porém a mãe trocou de psicóloga e esta já o diagnosticou com Autismo, só não definiu que grau de autismo seria. O aluno toma medicação para se acalmar, pois tem momentos em que demonstra muita

agitação. Já freqüentou o CAPS no bairro de IAPI e já foi recusado na AMA por falta de vagas. Desde o início do seu tratamento que ele recebe acompanhamento médico e psicológico.

Desde a infância que João freqüenta a escola, já freqüentou duas escolas particulares, uma delas foi a Montessori e a outra foi a Alcance que é direcionada para pessoas com necessidades educacionais especiais. A matrícula dele já foi recusada em algumas escolas, devido ao seu diagnóstico, inclusive próximo a sua casa tem uma escola municipal e não o matricularam com a alegação de que não havia vagas, por isso ele acabou indo estudar aonde está atualmente, tendo que pegar ônibus para chegar a escola.

Apesar da idade o aluno foi matriculado no 1º ano do Ensino Fundamental I porque a escola achou que seria melhor para o seu aprendizado, já que ele iniciaria o processo de alfabetização junto com os outros alunos, de faixa etária mais abaixo que a dele.

3.3. O COMPORTAMENTO DE JOÃO NA ESCOLA

Nos dois dias no período da tarde em que tive a oportunidade de observar João no cotidiano escolar, foi possível perceber muitos comportamentos que estão relacionados ao seu diagnóstico.

João tem grande dificuldade em se concentrar, passa quase que o tempo todo andando pela sala de aula ou tentando sair da sala e em muitos momentos ele consegue fugir da sala, mesmo com a porta fechada. Por diversas vezes pega a mochila, dando a entender que quer ir lancha ou que quer ir embora. A interpretação depende da direção em que ele caminha.

Em poucos momentos e durante poucos minutos, não mais que cinco minutos, o aluno passa um tempo sentado na cadeira folheando alguns livros ou revistas que se encontram em sala de aula a disposição de qualquer aluno.

João fica o tempo todo sozinho, não se aproxima de nenhum aluno, ele passa por algum colega, mexe na mochila do colega, mas logo se afasta.

Foi observado quanto as atividades em sala de aula que a criança utiliza as pessoas para realizar tarefas, como por exemplo, em um momento em que a professora tinha concluído uma atividade, João pegou a professora pelo braço e a

levou até o quadro e segurando a mão da professora tentou fazer com que ela escrevesse algo, neste momento ela deu o piloto a ele e o deixou no quadro rabiscando, não escreveu nenhuma palavra, nem nenhuma letra, apenas rabiscou listras no quadro.

Nos instantes em que João está mais calmo e senta-se à mesa (isso aconteceu duas vezes, no primeiro dia e uma vez, no segundo dia) a professora aproveita para fazer alguma atividade com ele, porém quando é dado o lápis para ele escrever ou pintar, ele os joga no chão, repete a letra correspondente a atividade juntamente com a professora, mas tem dificuldade em pintar ou escrever o que a professora solicita. E precisa do auxílio da professora para pintar e escrever.

No primeiro dia de visita a escola e no primeiro momento da aula, a professora fez uma roda com os alunos da turma no corredor que fica ao lado da sala, e a professora ficou de mãos dadas com João, mas ele não queria permanecer na roda e ficava puxando o cabelo da professora, foi chamado a atenção diversas vezes até que se acalmou, porém não demorou muito ele tentou novamente sair da roda, mas foi contido pela professora, porém estava alheio ao que estava acontecendo na roda de música.

João não se comunica com nenhum aluno e nem com a professora, em alguns momentos fala algumas palavras soltas ou então repete alguma palavra que a professora ou que algum aluno pronunciou naquele determinado momento. Quando quer chamar a atenção da professora para ele, vai até ela e segura seu braço para levá-la para onde ele quer ir.

Os únicos gestos de afago que demonstra são: em alguns momentos se aproxima da professora e encosta sua cabeça no ombro da professora e segura seu braço, mas esses momentos duram poucos segundos e acontecem eventualmente. Nas duas tardes de observação, isso aconteceu por três momentos apenas. Não demonstra nenhum impedimento ao toque de qualquer pessoa.

Um exemplo dessa atitude ocorreu quando a professora colocou um filme para assistir na sala de aula, ele estava sentado no fim da sala ao lado de outros

colegas da turma e veio para o lado da professora na frente e por alguns segundos segurou seu braço e encostou a cabeça no ombro da professora.

Quando contrariado, ou melhor, quando João quer fazer algo e alguém não deixa, seja o professor ou algum funcionário da escola, João se joga no chão ou então tenta morder e até puxar o cabelo da pessoa que está proibindo ou então de quem está passando no momento.

Ao falar com João, seja para chamar a sua atenção por algo de errado que ele está fazendo, ou seja, no momento em que está se tentando fazer uma atividade com ele, João em nenhum momento fixa o olhar na pessoa que está falando, ele vira o rosto constantemente.

Tem momentos em que João morde a própria mão, ou então fica tirando o cascão de um ferimento até sangrar e aparenta não sentir dor, com nenhum destes gestos.

João não avisa quando quer ir ao banheiro e acaba fazendo suas necessidades fisiológicas na roupa e tem que ser limpo pela professora, o que ocorreu por duas vezes no primeiro dia de visita, em um dos momentos ele defecou e urinou. E no segundo dia ele fez xixi e a professora teve que limpá-lo e trocar sua roupa.

O que ele faz sem o auxílio de alguém, é beber água, porém quando chegou à escola não avisava que estava com sede, a professora oferecia água. Mas atualmente quando senti sede ele já se direciona ao bebedouro e bebe água sozinho ou então fica brincando com a água.

No momento da merenda ele não para quieto, fica sentado por pouco tempo lanchando e logo se levanta e vai para o pátio da escola.

Todas as vezes que sai da sala de aula, vai para o pátio e fica correndo ou subindo nos bancos de cimento que tem ao redor do pátio, ou então vai andar pela pequena horta que tem em um cantinho do pátio. Se o portão que dá acesso ao 1º andar da escola estiver aberto ele sobe e só desce de lá se alguém for buscá-lo. O que acaba ocorrendo imediatamente, pois a professora tem receio que ele se jogue lá de cima. Neste momento em que está no pátio correndo e pulando dos bancos, não interage com ninguém, mesmo quando está no horário

do intervalo e todos os alunos estão no pátio. João permanece o tempo todo alheio aos outros alunos.

No primeiro dia de visita, quando já estava perto do horário de liberar a turma, João saiu da sala e vendo que o portão da escola estava aberto, aproveitou o descuido do porteiro e saiu da escola sozinho, a professora teve que sair correndo atrás dele na rua para trazê-lo de volta a escola.

Ainda houve relatos da professora de que o aluno teve um acesso de raiva no ônibus quando voltava da escola para casa, em que tentava puxar os cabelos e morder as pessoas no ônibus. E ele se comportou assim até descer do ônibus.

3.4. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DE JOÃO

Levando em consideração os critérios de diagnóstico, como por exemplo, os critérios utilizados pela ASA (Associação Americana de Autismo), que já foi descrito por este trabalho, aonde determina que a pessoa autista deve apresentar pelo menos metade dos sintomas, percebe-se que João está inserido em alguns destes sintomas e é identificado por pelo menos onze das dezoito características descritas pela ASA. São elas: dificuldade de relacionamento com outras pessoas; pouco ou nenhum contato visual; aparente insensibilidade à dor; preferência pela solidão; perceptível hiperatividade; ausência de resposta a métodos tradicionais de ensino; insistência em repetição; não tem real medo de perigo; ecolalia; dificuldade em expressar necessidades; acessos de raiva; irregular habilidade motora.

De acordo com esses critérios e diante das características identificadas no aluno, em que é percebido um pouco mais da metade dos sintomas, fica evidenciada a confirmação de que não se faz necessário que o autista apresente exatamente todos os sintomas descritos pelos critérios de diagnósticos pesquisados neste trabalho. Contudo, é importante considerar que a pesquisa com o aluno foi realizada em dois dias e apenas no período da tarde, ou seja, o aluno ainda pode possuir outras características que nestes dias não ficou evidenciado. Sendo que os comportamentos apresentados nestes dias foram confirmados pela professora como comportamentos cotidianos.

Foi possível perceber a dificuldade da professora em dar continuidade a qualquer atividade com João, devido ao seu comportamento agitado e a sua falta de atenção. E os poucos momentos em que era possível para a professora iniciar uma atividade e o pouco tempo de concentração do aluno dificultava o processo de ensino e aprendizagem. A professora demonstra ter interesse em tentar aplicar algumas atividades que são adaptadas as necessidades de João, porém não é tarefa simples e a professora tem consciência de que precisaria de mais tempo e de mais recursos didáticos para conseguir incluir de uma maneira mais satisfatória o aluno no contexto escolar.

3.5. RELAÇÃO PROFESSORA E INCLUSÃO

Nos seis dias em que estive na escola para realizar a observação, apesar de o aluno só ter sido encontrado em dois destes dias, tive a oportunidade de conversar com a professora e ela se mostrou bastante receptiva em explicar a rotina escolar de João na escola e seus métodos para tentar incluí-lo não só no ambiente escolar, como em fazer com que o aluno acompanhasse o processo de ensino e aprendizagem.

No seu depoimento ela esclareceu que tenta adaptar para as necessidades educacionais de João as atividades que são elaboradas para a turma. E conta para isso com o auxílio da mãe, que lhe repassa algumas sugestões dadas pela psicóloga que acompanha João e também pesquisa em livros e na internet maneiras de aplicar atividades a este aluno. Porém o aluno não se apresenta no mesmo nível educacional que os outros alunos, devido as suas especificidades já apresentadas.

Há tentativas de inserir João nas atividades, mas não é uma tarefa fácil, devido a sua dificuldade em manter a atenção e que não permite que ele fique muito tempo na mesma atividade. As tentativas naturalmente são frustradas pelo comportamento do aluno.

De acordo com a professora o aluno teve evoluções no que diz respeito ao comportamento na escola, pois no início ele não aceitava ficar na escola, ficava bastante agitado, mordendo e puxando o cabelo de quem passasse por ele na escola e atualmente ele já reconhece o ambiente escolar. E também começou a beber água sozinho sem a necessidade de auxílio. Estes são únicos avanços

relatados pela professora. Pois no que diz respeito a aprendizagem de João, ela ainda não conseguiu perceber progressos, já que ele não se comunica espontaneamente e apenas repete as palavras ditas.

A professora relata que a mãe acompanha ativamente a situação do filho na escola, sempre que possível vai à escola para conversar com a professora sobre o comportamento de João na escola e muitas vezes, compartilha com a professora algumas sugestões dada pela psicóloga que o acompanha. Porém não existe uma interação direta com a Psicóloga e nem com os profissionais que acompanham João na Pestalozzi (local que ele frequenta há um pouco mais de um mês).

O conhecimento que a professora tem de autismo foi conquistado através de estudos feitos em casa por iniciativa própria, para entender os comportamentos do aluno em questão. E no momento a professora está fazendo especialização em Educação Inclusiva.

A primeira orientação que a professora teve a respeito de Autismo foi no dia 31/05/2011 no Instituto Pestalozzi da Bahia, em que foram convidados alguns professores do município para participarem de um evento a respeito do assunto. Do início do ano até esta data essa foi a primeira iniciativa de esclarecer os professores sobre o assunto e de dar sugestões de como inserir este aluno no contexto escolar.

A professora também relatou o quanto é difícil lidar com este aluno pelo fato de ter que interromper a aula em diversos momentos para ir atrás de João quando ele sai da sala e quando tem que limpá-lo toda vez que ele faz suas necessidades fisiológicas na roupa. Ela expõe o quanto essa situação é cansativa, chegando muitas vezes a se machucar com as mordidas do aluno que a morde eventualmente e nas vezes que sai atrás dele acaba se batendo em algo. A professora relata o quanto essa situação acaba por dificultar o seu trabalho em sala de aula, já que fica o tempo todo interrompendo a aula para ir atrás de João quando ele foge da sala. Algumas vezes conta com a ajuda dos outros funcionários, porém a maior parte do tempo o aluno está sob sua responsabilidade. Ela relatou que há apenas dois dias conseguiu uma voluntária que tem um irmão que estuda na escola e se ofereceu para ficar com João, mas mesmo assim a maior parte do tempo é a professora quem vai atrás dele pela

escola para trazê-lo de volta e também é ela quem o limpa mesmo quando a voluntária está presente. Já que a professora não acha correto pedir para que a voluntária exerça essa função.

Diante de tudo que foi exposto sobre o comportamento do aluno e fazendo uma ligação do que ocorria na sala e a falta de apoio, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, especifica que:

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidades de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. (p.16).

3.6. CENTRO ESPECIALIZADO E INCLUSÃO

De acordo as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p.15):

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Um dos objetivos do atendimento educacional especializado é auxiliar a escola regular, elaborando e disponibilizando materiais, recursos, serviços e orientando quanto a sua plena utilização no processo de ensino e aprendizagem nas escolas regulares.

A lei recomenda que crianças com necessidades especiais freqüentem o os centros de atendimento educacional especializados no turno oposto ao da escola, funcionando desta forma como um complemento a formação dos alunos, visando sua independência e autonomia na escola e em outros ambientes.

Há um pouco mais de um ano o Governo da Bahia estabeleceu que o Instituto Pestalozzi da Bahia, que antes trabalhava com pessoas com DI (Déficit

Intelectual) ficaria responsável pelo atendimento a pessoas com TGD (Transtorno Global do Desenvolvimento).

O Instituto ainda se encontra em um período de adaptação, pois é necessário adequar os profissionais as novas perspectivas de atendimento.

No Instituto Pestalozzi os alunos contam com aulas de música, informática, artesanato, atividade física, enfim, estas são algumas das atividades proporcionadas pela instituição, além de promover o atendimento com profissionais especializados. E isto está disponível para João no turno oposto ao que o aluno frequenta a classe comum da escola regular.

O Instituto conta com 4 (quatro) grupos de profissionais que desenvolvem atividades direcionadas ao atendimento especializado que são: um grupo que realiza visitas nas escolas e fazem o acompanhamento de alunos incluídos na escola regular; um grupo de formação que realiza palestras para pais e professores; um grupo que fica responsável pela produção de materiais pedagógicos e materiais de pesquisa e por fim um grupo de acompanhamento a família, aonde se promove palestra e terapia.

Em toda última sexta-feira de cada mês é realizada uma palestra sobre TGD com o intuito de capacitar os professores das escolas regulares para melhorar o trabalho pedagógico dos professores em sala de aula com os alunos com TGD.

No dia 31/05/2011 foi realizada uma palestra intitulada de 1º Formação de Professores da Escola Regular – Conhecendo um aluno com TGD: uma abordagem prática, na qual eu participei juntamente com alguns professores de diversas escolas municipais. Os professores aproveitaram o momento para esclarecer algumas dúvidas que tinham a respeito de seus respectivos alunos com TGD. O evento teve duração de três horas e foi bastante proveitoso. Inclusive a professora da escola que estou observando estava participando também da palestra, como já foi mencionado antes.

Contudo, apesar de ainda estar se adaptando a nova especialização, o Instituto está tentando, com estas iniciativas de promover palestras, auxiliar os professores no seu trabalho de inclusão de alunos com autismo.

4. CONCLUSÃO

Muitas mudanças ocorreram na história da educação brasileira durante todos esses anos em que a educação se constitui como algo necessário para a evolução da sociedade. E as mudanças chegaram até inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais que durante tanto tempo ficaram esquecidas nas classes especiais ou escolas especiais e que há alguns anos conquistaram o direito de serem incluídas nas classes comuns das escolas regulares.

As mudanças não foram fáceis de serem aplicadas e nem tão pouco rápidas em sua realização, porém os avanços foram relevantes e de grande importância para estas pessoas que tanto lutaram para terem seus direitos garantidos e para serem respeitados, independente das diferenças apresentadas, seja no comportamento ou no físico.

Estas mudanças não ocorreram somente através de leis, mas também através de uma conscientização da sociedade que compreendeu que as diferenças são comuns e que fazem parte do ser humano, ou seja, que não somos todos iguais e que não se pode em virtude disto, excluir alguém ou privá-lo de sua efetiva participação na sociedade como qualquer cidadão.

Os autistas durante muito tempo estiveram inseridos neste contexto de exclusão e após muita luta de seus familiares e de profissionais engajados na defesa da inclusão das pessoas autistas, a história de vida dessas pessoas mudou, pois além de terem o seu direito a uma educação de qualidade e gratuita, puderam ter o direito de escolher em qual escola estudar e o direito a matrícula em turmas ou salas sem distinção de necessidades educacionais.

Com o desenvolvimento do trabalho foi possível perceber que no que diz respeito as leis educacionais o Brasil avançou muito, o que possibilitou que as pessoas com autismo gozassem dos seus direitos, porém não de forma plena, pois ainda é possível encontrar escolas que recusam a matrícula destes alunos, dando como justificativa a desculpa de que não tem vagas. Mesmo este sendo um comportamento proibido por lei.

Diante do que foi exposto no trabalho de pesquisa e conseqüentemente no que foi observado na visita a escola, é importante salientar que apesar dos

avanços conquistados até então com as leis, muito ainda há que ser feito para realmente realizar a inclusão do aluno autista na classe comum da escola regular, como por exemplo, é necessário um maior investimento em capacitação de professores, investir em produção de materiais pedagógicos direcionado as necessidades educacionais destes alunos, proporcionar melhores condições de trabalho para os professores disponibilizando auxílio imediato sempre que necessário, a depender do grau de autismo do aluno, entre outras coisas.

Devido às especificidades do aluno autista, nem sempre ele consegue acompanhar o ritmo dos colegas de sala, porém, isso não o impede de aprender e mesmo que com o passar do tempo não seja percebido nenhum avanço quanto ao aprendizado dos conteúdos escolares, deve-se levar em conta que só o fato do aluno poder estar em contato com outras crianças em um ambiente que lhe possibilita vivenciar novas experiências e que acrescenta mais ações a sua rotina diária, já é muito importante para o desenvolvimento deste aluno.

Sabe-se que quanto mais cedo esta criança for acompanhada por especialistas e realizar o tratamento correto, há grandes chances de amenizar os sintomas e possibilitar a esta criança autista uma maior independência no exercício de suas funções normais do dia-a-dia.

Pequenas evoluções como foi o caso do aluno observado, que depois de um tempo após o início das aulas, começou a aceitar o ambiente escolar e também começou a beber água sozinho, já representa um ganho para o aluno, para a escola e para a família. Pois se percebe que esta criança é capaz de se adaptar a outros ambientes, que não só o familiar, ao qual ele está mais acostumado. A resistência a mudanças existe, porém ela pode ser vencida se houver uma regularidade e assiduidade da exposição desta criança a outros ambientes.

Mas fica uma pergunta: será que um professor que tem que ficar correndo atrás de aluno em pátio, que precisa interromper a aula para limpar as necessidades fisiológicas do aluno, que volta para casa toda machucada com marcas no corpo, tem condições de realizar plenamente a inclusão deste aluno e de ainda assim, transmitir os conhecimentos necessários aos alunos, sem prejuízos em seu trabalho pedagógico?

Este trabalho foi importante para questionar que tipo de inclusão está sendo praticada atualmente e qual a inclusão que queremos agora, no presente, para as crianças com necessidades educacionais especiais. Já que temos urgência em mudanças, não dá pra esperar para melhorarmos num futuro distante. Essa mudança tem que ser imediata.

Acredito que dispor de leis em que todos têm direito a uma educação de qualidade e igual para todos e que a pessoa com necessidades educacionais especiais não podem ser excluídas do processo de ensino e aprendizagem, é pouco. Faz-se necessário colocar em prática este ideal, proporcionando subsídios suficientes que atendam a esta necessidade.

Não se pode negar que algumas crianças possuem um determinado grau de autismo que dificulta muito mais a sua inclusão, devido ao seu nível de hiperatividade, agressividade, entre outros sintomas mais intensos. Mas como é que vai se determinar até que grau de autismo a criança pode se matricular ou não. Sabe-se que existem crianças assim matriculadas e que isso faz os professores se questionarem se esta inclusão é realmente necessária e esse questionamento está associado à sensação de frustração do professor, que não consegue realizar nenhuma atividade com este aluno e até mesmo nem consegue estabelecer uma relação com ele.

Não adianta apenas garantir o direito a matrícula, o aluno autista não deve ir para escola para ocupar mais uma cadeira ou para ficar correndo pela escola, ele deve e pode ser incluído em todo o contexto escolar. É preciso garantir a sua real inclusão no sistema de ensino regular sempre que possível, proporcionando a estas crianças autistas o direito a se desenvolverem e de garantirem sua autonomia, para o seu melhor convívio social.

Com este trabalho, foi possível perceber que, incluir um aluno autista não é uma tarefa fácil e simples, mas também não é impossível. É necessário que a escola e o professor estejam preparados para encarar o desafio e acima de tudo que estejam comprometidos com essa missão. Pois esta é uma oportunidade de aprendizado para todos os que estão envolvidos neste processo. É importante que a escola possa contar com mais apoio dos órgãos competentes para que o processo de inclusão não seja tão difícil de ser colocado em prática, mas não somente esta inclusão do direito a matrícula e sim a do direito de se apropriar de

todos os benefícios que a escola pode proporcionar a qualquer pessoa seja ela autista ou não. Foi bom ter tido a oportunidade de presenciar uma escola tão determinada em fazer a inclusão de alunos com necessidades especiais mesmo com todas as dificuldades. É isso que faz a inclusão de alunos autistas serem possível, a existência de pessoas que mesmo com tantas barreiras, não desistem de tornar realidade o verdadeiro sentido da palavra inclusão e de fazer com que estes alunos se sintam como qualquer outro, nem melhor e nem pior e sim iguais, porém cada um com suas diferenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMY, Marie Dominique. **Enfrentando o autismo**: a criança autista, seus pais e a relação terapêutica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ASA - Associação Americana de Autismo. In: WIKIPEDIA. Disponível em <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em 15 de março de 2011.

BAPTISTA, Claudio Roberto; BOSA, Eleonice. **Autismo e educação**: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre. Artmed, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL, Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 7.853**, de 24 de Outubro de 1989.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica** / Secretaria de Educação Especial – MEC: SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de Nove Anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Secretaria de Educação Básica. Departamento de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. UNESCO, 2007a .

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Inclusão: Revista de Educação Especial. MEC / SEESP, 2007b .

CAMINHOS para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. São Paulo: Artmed, 2007.

CID – Classificação Internacional de Doenças. In: MEDICINA NET (Trata de assuntos relacionados a Medicina). Disponível em <http://www.medicinanet.com.br>. Acesso em: 13 de maio de 2011.

CASTANEDO, Celedonio. Autismo Infantil: Avaliação e Intervenção Psicopedagógica. In: GONZÁLES, Eugenio. **Necessidades educacionais específicas**: intervenção psicoeducacional. Porto Alegre: Artmed, 2007

FAEEBA, Revista da. Educação e Contemporaneidade. Educação Especial. Volume 16, número 27. Jan/Jun. 2007

FERREIRA, Júlio Romero. Educação Especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação**: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

BOSA, Cleonice Alves. HOHER, Sígla Pimentel. Autismo e Inclusão: possibilidades e limites. In: GOMES, Márcio. Construindo as trilhas para a inclusão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BELLO, José Luiz de Paiva. História da Educação no Brasil. In: PEGAGOGIA EM FOCO (Trata de assuntos relacionados à educação). Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br>. Acesso em 14 de março de 2011.

LABOYER, Marion. **Autismo Infantil**: fatos e modelos. 2 ed. Campinas SP: Pampirus, 1995.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Fundamentos da Educação especial**. São Paulo: Pioneira, c1997.

MENDES. Enicéia Gonçalves. ALMEIDA. Maria Amélia. Das Margens ao Centro: Perspectivas para as políticas públicas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva. Junqueira & Marin. 2010

MOÇO, Anderson. Revista Nova Escola. **Reportagem Especial**: O que melhorou na educação brasileira nos últimos 25 anos – e em que ainda falta avançar. Abril, Janeiro/Fevereiro 2011.

PECS – Sistema de Comunicação por Figuras. In: UNIVERSO AUTISTA (Trata de assuntos relacionados ao Autismo). Disponível em: <http://www.universoautista.com.br>. Acesso em 11 de maio de 2011.

ROTTA. Newra Tellechea. LYGIA. Ohlweiler. RIESGO. Rudimar dos Santos. Transtornos da Aprendizagem: Abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Autismo Infantil**. Brasília: Corde, 1994.

SCHWARTZMAN, José Salomão; ASSUNPÇÃO JUNIOR, Francisco Baptista e Cols. **Autismo Infantil**. São Paulo: Memnon, 1995.

TORRES GONZÁLES, José Antonio. **Educação e Diversidade**: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

APENDICE A – Roteiro para entrevista com a professora da escola.

I – IDENTIFICAÇÃO

1. Nome (fictício): Maria
2. Idade: 30 anos
3. Profissão: Pedagoga / Educadora
4. Tempo de atuação na escola: 4 anos

II – QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA

- 1 – No planejamento das disciplinas, o autista está inserido com alguma proposta de atividade que ele possa executar?
- 2 – Há alguma estratégia elaborada pela escola para incluir o aluno nas atividades e brincadeiras?
- 3 – A escola faz alguma avaliação do aluno (como chegou e se já evoluiu em algo)?
- 4 – Há interação entre a escola, pais e outros profissionais que acompanhem este aluno fora da escola?
- 5 - A professora tem algum conhecimento sobre autismo ou fez algum curso sobre o assunto?

APÊNDICE B – Roteiro de observação do aluno em sala de aula

I – IDENTIFICAÇÃO

1. Nome (fictício): João
2. Idade: 10 anos

II – Atividades Dirigidas (em sala com professor e colegas):

- Interação com as atividades;
- Interação com os outros alunos;
- Interação com o professor;
- Forma de comunicação.

III – Atividades Livres (no pátio):

- Interação com as atividades;
- Interação com os outros alunos;
- Interação com o professor;
- Forma de comunicação.